

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

O acordo prevê também a compra de até 400 aeronaves elétricas de quatro lugares, com as primeiras entregas previstas para 2026

A febre dos documentários sobre esportes

O streaming descobriu o nicho de documentários esportivos. Nos últimos dois anos, as plataformas de streaming passaram a enxergar o esporte como uma oportunidade de gerar conteúdos de cinema e divertir não apenas fãs das modalidades, mas o público em geral. O fenômeno começou com *The Last Dance*, sobre Michael Jordan, recorde de audiência entre documentários da Netflix, e se manteve com produções sobre outras grandes estrelas do esporte — do surfe à ginástica, do automobilismo ao futebol.

CNA/Wenderson Araujo/Trilux



Produção de grãos quebra recorde

As adversidades climáticas em algumas regiões do Brasil não foram suficientes para derrubar a produção de grãos no país. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as 271,2 milhões de toneladas na safra 2021/2022 representam um recorde histórico, superando em 5,6% o desempenho do período anterior. Um dos destaques foi a produção de milho, que chegou a 113,2 milhões de toneladas — 30% acima da safra anterior. Por sua vez, a colheita da soja, principal grão cultivado no Brasil, encolheu 10%.

Embraer recebe aporte de US\$ 15 milhões para seus "carros voadores"

A Eve está pronta para decolar. Nesta semana, a empresa de mobilidade aérea urbana da Embraer recebeu um aporte de US\$ 15 milhões da americana United Airlines — é mais um sinal inequívoco do interesse do mercado pelos eVTOLs, como são chamados os "carros voadores" fabricados por companhias como a Eve. Feito por meio da divisão United Airlines Ventures, o acordo prevê também a compra de até 400 aeronaves elétricas de quatro lugares, com as primeiras entregas previstas para 2026. A parceria não vai parar por aí: a ideia é desenvolver em conjunto estudos sobre uso e aplicação dos eVTOLs no mercado de aviação. "Trabalhar com a United é uma oportunidade inigualável para avançarmos com o ecossistema de mobilidade aérea urbana", disse André Stein, presidente da Eve. Os veículos elétricos da empresa brasileira realizam pouso e decolagem verticais, são mais baratos que helicópteros e poluem menos.

Eve/Divulgação



RAPIDINHAS

» Guerra na Ucrânia, emergência climática, violência na política, onda de crimes... Na era das redes sociais, as notícias sobre tragédias estão por toda parte e já há até um termo para definir o consumo excessivo desse tipo de conteúdo: "doomscrolling". A novidade: a ciência, enfim, descobriu os efeitos do fenômeno para a saúde.

» Segundo a Universidade Texas Tech, nos Estados Unidos, 16,5% das pessoas apresentam "consumo problemático" de más notícias, o que aumenta consideravelmente os níveis de estresse e ansiedade. Não se deve, obviamente, ignorar a realidade, o que seria um tipo de alienação. Mas a obsessão por tragédias é um problema real.

» No próximo dia 13, os ministros Marcelo Queiroga, da Saúde, e Ciro Nogueira, da Casa Civil, participam, em Brasília, do Fórum Saúde Brasil. O seminário, organizado pelo think tank Esfera Brasil, tem como tema a inovação na indústria farmacêutica e abordará as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), que visam ampliar o acesso a medicamentos pelo SUS.

» A indústria de material de construção decepcionou em agosto. Segundo o Índice Abramat, calculado pela FGV, o faturamento do setor caiu 2,6% ante igual mês de 2022. Desde setembro de 2021 o índice recua quando comparado com um ano atrás. Espera-se que o cenário mude até dezembro.

Daniel Leal/AFP



Não nos levemos muito a sério. Nenhum de nós tem o monopólio da sabedoria"

Elizabeth II, a rainha mais longeva da história do Reino Unido, em mensagem de Natal transmitida em 1991

61%

dos brasileiros têm smart TV, segundo pesquisa da Nielsen. O número ajuda a explicar o sucesso dos serviços de streaming

Shopee esvazia operação na América Latina, mas aposta no Brasil

O aplicativo de compras Shopee encerrou operações em quatro países da América Latina — Argentina, Chile, Colômbia e México. Em e-mail enviado a funcionários, o presidente da empresa, Chris Feng, afirmou que a decisão foi tomada porque "é preciso focar recursos nas operações principais". Por esse critério, os negócios no Brasil estão mais do que garantidos. A empresa de Singapura chegou ao país em 2019 e, desde então, não para de crescer. Atualmente, é o app de compras mais usado no mercado brasileiro.

ENFERMAGEM / Plenário da Corte vai examinar liminar concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso, no último fim de semana, que suspendeu por 60 dias os efeitos da lei que fixa remuneração mínima para profissionais da categoria

Piso na pauta de hoje do STF

» MICHELLE PORTELA

O Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar, nesta sexta-feira, a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, que, no último fim de semana, suspendeu por 60 dias a aplicação do piso salarial da enfermagem. O plenário da Corte analisará a matéria enquanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, tenta negociar com o governo uma fonte de recursos para cobrir as despesas geradas pelos novos valores, mais provavelmente do próprio SUS.

A Lei nº 14.314/2022 foi aprovada em 4 de agosto pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), estabelecendo piso salarial de R\$ 4.750 para enfermeiros, 75% desse valor a técnicos de enfermagem e 50% a auxiliares e parteiras. Em 10 de agosto, porém, a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) ingressou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.222, assinada também por outras sete entidades e com apoio de 10 interessadas na causa (amicus curiae, na linguagem jurídica). União, Senado e Câmara defendem a constitucionalidade da nova regra.

As entidades que movem a ação alegam que o novo piso salarial impacta as despesas com folha de pagamento sem apontar uma fonte de recursos, situação mais grave no sistema filantrópico, que aponta o fechamento de mais de 20 mil leitos em todo o país.

Ontem, Barroso justificou a decisão de suspender os efeitos da lei. "É muita justa a instituição de um piso para a enfermagem e para outros profissionais de saúde. Estou empenhado em viabilizar a concretização desse piso. Mas, sem se construir uma fonte de custeio, seria muito difícil tirar do papel esse piso salarial. A minha preocupação é não deixar que um reconhecimento justo e merecido aos profissionais de saúde, que foram incansáveis durante a pandemia, acabe sendo uma ficção por diversas razões", afirmou o ministro, após a sessão do STF.

Alternativas

Na última terça-feira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, reuniu-se com Barroso para discutir o tema. Na ocasião, foram colocadas três possíveis fontes de recursos para financiar o

Carlos Moura/ SCO/STF



Segundo Barroso, piso é merecido, mas, sem uma fonte de custeio definida, pode ficar no papel

piso: a correção da tabela do SUS; a desoneração da folha de pagamentos dos estabelecimentos de saúde; e a compensação de dívidas dos estados com a União.

"Acho que é o caminho mais viável, e espero muito a colaboração do Poder Executivo, a compreensão do dilema que estamos enfrentando. Passa a

ser uma prioridade nacional e do Congresso fazer valer a lei do piso nacional da enfermagem", disse o presidente do Senado, após o encontro.

Embora tenha afirmado ter reuniões marcadas com integrantes do governo federal, Pacheco ainda não conseguiu agendar reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, ou com o da Saúde, Marcelo Queiroga. Entretanto, o consenso é de que a solução deverá vir do SUS.

Historicamente, a CNSaúde e a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) negociam com o governo novos modelos de financiamento pelo SUS. Com o piso da enfermagem, as entidades passaram a acusar que não apenas já sofrem com valores defasados da tabela de procedimentos do SUS como teriam mais despesas, com riscos ao atendimento e até, de funcionamento.

Estudos da CNSaúde apontam que 56,5% dos hospitais privados realizam atendimento pelo SUS e que hospitais filantrópicos estão em mais de 800 municípios, algumas vezes, exclusivamente. Assim, o atendimento termina sendo sustentado por parcerias locais, como financiamentos municipais, embora haja uma dívida de R\$ 20 bilhões, devido à defasagem.

CONTAS PÚBLICAS

União paga R\$ 1 bi de dívida dos estados

O Tesouro Nacional precisou desembolsar R\$ 977,63 milhões em agosto para honrar débitos bancários com garantias da União que não foram quitados pelos Estados no mês passado.

Desta vez, o Maranhão liderou

a lista de dívidas assumidas pelo Tesouro em agosto, com R\$ 336,99 milhões, mais de um terço do volume no mês. Na sequência, aparecem Goiás (R\$ 255,41 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 118,50 milhões), Alagoas (R\$ 107,41 milhões), Piauí

(R\$ 105,62 milhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 53,69 milhões)

No acumulado de 2022 até agosto, o gasto da União para honrar dívidas de oito Estados chegou a R\$ 6 bilhões. O Rio de Janeiro lidera com R\$ 2,024

bilhões no ano, seguido por Minas Gerais (R\$ 1,979 bilhão) e Goiás (R\$ 978,44 milhões).

No ano passado, a União arcou com R\$ 8,964 bilhões em dívidas bancárias que não foram quitadas por Estados e municípios

em 2021. No total, desde 2016, a União realizou o pagamento de R\$ 47,910 bilhões com o objetivo de honrar garantias concedidas a operações de crédito dos governos regionais.

As garantias são normalmente oferecidas pela União, por meio do Tesouro Nacional, para facilitar a concessão de empréstimos de bancos nacionais ou

instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a estados e municípios. Como garantidor das operações, o Tesouro repassa os recursos aos credores em caso de não pagamento e, posteriormente, compensa a despesa com a retenção de transferências federais aos entes subnacionais.